



Conselho Permanente - Conselho das Comunidades Portuguesas

**Acta N.º 02/2025
(5ª do Mandato - 2023/2027)**

Ata da Reunião do Conselho Permanente do Conselho das Comunidades Portuguesas realizada em 15 de fevereiro de 2025 (14:00, hora de Lisboa), em videoconferência (Zoom). Presentes 10 (dez) Conselheiros: António Guerra Iria, António Manuel Mota da Cunha, Beatriz Neves Guedes Pereira, Carlos Rui Pires Marcelo, Daniel Ferreira Loureiro, Flávio Alves Martins, José Fernando Campos da Silva Topa, Manuel Cândido de Oliveira Coelho, Manuel Pinto Pereira Viegas, e Vasco Pinto de Abreu. Ausências justificada de António Paulo Neves Marques e Odete da Silva Fernandes. Presentes ainda a Coordenadora da CT CEPECACS, Sandra Mano Ferreira, e o Coordenador da CT QCPC, Rui Ribeiro Barata. Ausente esteve o Coordenador da CT QSEFM, Hilário da Cunha.

1. Abertura da Reunião

A reunião foi aberta pela Presidente do Conselho Permanente do CCP (CP/CCP), Flávio Alves Martins, que, após verificação de quórum de presença, saudou a todos os presentes e agradeceu a participação na quinta reunião do Conselho Permanente do Conselho das Comunidades Portuguesas, tendo também sido aprovada a ordem do dia por todos os presentes.

2. Assuntos em Discussão

- 2.1 Aprovação da Ata da Reunião de 18 de janeiro de 2025, realizada por videoconferência (Zoom), pelas 14:00, hora de Lisboa
- 2.2 Discussão acerca do RNH
- 2.3 Deliberação Regulamento da CJ/CCP
- 2.4 Orientações para as reuniões dos CRs
- 2.5 Reunião com o Conselho da Diáspora e outros
- 2.6 Proposta de alteração do logotipo do CCP feita pelo CR Europa
- 2.7 Assuntos Gerais

2.1 Aprovação da Ata da Reunião de 18 de janeiro de 2025, realizada por videoconferência (Zoom), pelas 14:00, hora de Lisboa

A Ata da Reunião de 18 de janeiro de 2025 foi aprovada por unanimidade pelos Conselheiros presentes. Após a assinatura, e tal como as anteriores atas elaboradas até ao presente, ela será enviada à SECP e à DGACCP, sendo solicitada a sua distribuição a todos os conselheiros do CCP.



Conselho Permanente - Conselho das Comunidades Portuguesas

2.2 Discussão acerca do regime dos Residentes Não Habituais (RNH)

No debate deste tema, o Presidente Flávio Martins referiu que o Coordenador da CT QESFM, o Conselheiro Hilárioda Cunha tinha informado que não tinha conseguido obter um parecer da Secretaria de Estado das Comunidades, o que resultou na ausência de informações relevantes para a apreciação do tema. A falta de resposta foi destacada como um aprendizado sobre a importância de manter comunicações diretas, além de mensagens eletrónicas. O grupo propôs que, a partir deste episódio, houvesse um contato mais próximo nas futuras interações, para evitar perder o sentido de oportunidade e a calendarização das discussões, ficando pendente a emissão de parecer pela Comissão Temática da Qualidade do Ensino, Serviços e Formação de Migrantes (CT QESFM), e que face à necessidade de mais esclarecimentos, a discussão seria adiada para uma reunião futura.

Na reunião, Flávio Martins destacou que durante o recente debate sobre as comunidades, promovido na Assembleia, foram propostas várias questões, incluindo a discussão sobre o RNH, e que a medida tinha sido aprovada em consenso com os outros partidos, pelo que seria difícil reverter essa decisão nas próximas semanas ou meses, pelo que sugeriu que o grupo formulasse uma posição mais concreta baseada no documento elaborado pelos Conselheiros da Suíça, aproveitando a próxima reunião do CRE, em Lisboa.

Os Conselheiros António Cunha, António Iria, Rui Marcelo, Sandra Mano Ferreira e Vasco de Abreu salientaram a necessidade de abordar questões relacionadas à dupla tributação, especialmente para as comunidades fora de Portugal.

Foi ainda acordado que o Conselho Permanente faria uma recomendação para que os Conselhos Regionais abordassem a questão da dupla tributação nas suas próximas reuniões, descrevendo a situação de cada país, e que essas contribuições fossem enviadas ao CP, para elaboração de um documento único para discussão com o setor governamental competente. A proposta de que a Comissão Temática para as Questões Sociais e Económicas e dos Fluxo Migratórios poderá apreciar este tema e emitir um parecer, ainda que não seja de cariz estritamente técnico, também foi aprovada.

O debate deste ponto concluiu com a decisão de encaminhar um documento para as comissões temáticas, reforçando a necessidade de um esforço conjunto para lidar com as questões fiscais enfrentadas pelas comunidades.

2.3 Deliberação Regulamento da CJ/CCP

A reunião prosseguiu então para o ponto 2.3 da reunião, relativo à deliberação do regulamento apresentado pela Comissão de Juventude, bem como ao cronograma de reuniões e documentação resultante da reunião realizada há duas semanas. Os Conselheiros Beatriz Pereira e Daniel Loureiro, membros da comissão, foram convidados a apresentar os resultados dos trabalhos.



Conselho Permanente - Conselho das Comunidades Portuguesas

A Conselheira Beatriz Pereira remeteu antecipadamente os seguintes documentos, para apreciação do CP:

1. Regulamento Interno da Comissão da Juventude do CCP;
2. Ata da 1.ª Reunião da Comissão da Juventude do CCP;
3. Anexo I – Código de Conduta da Comissão da Juventude do CCP.

Beatriz Pereira informou que, a ata da 1.ª reunião da Comissão da Juventude do CCP, realizada em 25 de janeiro de 2025, registou a discussão sobre o discutiram a programação anual e as prioridades da Comissão de Juventude, incluindo iniciativas para envolvimento dos jovens em atividades culturais, formação de lideranças, e de promoção da língua portuguesa. Também definiram um cronograma de reuniões bimestrais e discutiram questões relacionadas ao regulamento interno, como a permanência de membros que ultrapassassem o limite etário de 39 anos durante o mandato.

O cronograma de reuniões bimestrais para o ano de 2025, teve as seguintes datas aprovadas: 08 de março, 10 de maio, 12 de julho, 13 de setembro e 08 de novembro.

O regulamento interno foi aprovado, e a ata da reunião, juntamente com o regulamento e um código de conduta, foi enviada a todos os membros do CP. Durante a discussão, foram sugeridas algumas alterações, especialmente no que se refere ao artigo 6º, para clarificar a ligação entre a Comissão de Juventude e o Conselho Permanente, além da necessidade de ajustar o artigo 8º quanto ao financiamento.

Ainda relativamente ao financiamento, o Presidente, Flávio Martins, esclareceu que, para este ano, não será atribuída verba à Comissão da Juventude, uma vez que esta ainda se encontra em fase de estruturação.

O Conselheiro Fernando Topa levantou a questão da estrutura de liderança da comissão, sugerindo a utilização de termos como "coordenador" em vez de "presidente" para manter a uniformidade com outras comissões. A proposta foi aceita, e a estrutura de coordenação foi ajustada.

O Conselheiro Rui Barata destacou a importância da comissão para aproximar os jovens das comunidades e da política, mencionando a necessidade de diretrizes claras sobre o financiamento do grupo, tendo realçado que a comunicação deveria ser adaptada para alcançar efetivamente o público jovem.

A reunião concluiu com a proposta, aprovada por unanimidade, de que os Conselheiros Beatriz Pereira e Daniel Loureiro procedessem à revisão do regulamento conforme as sugestões apresentadas e enviassem as alterações por e-mail até dia 25 de fevereiro, tendo os membros do CP expressado gratidão pelo trabalho realizado. Foi acordado também que todos os membros deveriam responder aos e-mails de forma a manter o diálogo aberto e acessível, porquanto a comunicação e a colaboração contínuas serão essenciais para o sucesso da Comissão de Juventude.



Conselho Permanente - Conselho das Comunidades Portuguesas

Nota: De acordo com o ponto 2.2. do referido regulamento, para integrar a Comissão da Juventude do CCP, os membros deverão ter até 39 anos de idade. Caso algum membro ultrapasse esta faixa etária durante o seu mandato, poderá concluí-lo até ao final do mesmo.

2.4 Orientações para as reuniões dos CRs

Relativamente ao ponto 2.4, que aborda as orientações para as reuniões dos conselhos regionais, que estão programadas para ter início em meados de março, o Presidente Flávio Martins informou que todos os conselhos já definiram a organização das suas reuniões e que tinha notificado os deputados eleitos pelas comunidades, Manuel Magno, Paulo Pisco e José Dias, sobre o calendário das reuniões, permitindo assim que eles se preparem e, se desejarem, compareçam às reuniões, especialmente àquela que ocorrerá em Lisboa.

Discutiram-se ainda diretrizes gerais para as próximas reuniões dos CRs, visando uniformizar procedimentos e fomentar maior eficácia nas decisões.

Uma outra questão que foi abordada, para que houvesse uma recomendação por parte do CP, está relacionada com o despacho clarificador do processo de apresentação dos relatórios anuais dos conselheiros do CCP, e a sua elaboração, tendo Flávio Martins sugerido que, para facilitar a elaboração de relatórios, os conselheiros de uma mesma área consular deveriam apresentar um relatório conjunto, em vez de forma individual. Esta abordagem visa fortalecer a manifestação coletiva e simplificar o trabalho dos conselheiros. O Presidente destacou a importância dos Conselheiros se reunirem com os chefes dos postos consulares para obterem informações relevantes, como dados sobre número de inscritos, número de recenseados, ou questões pertinentes relacionadas com associações ou câmaras de comércio.

Fernando Topa propôs que as reuniões do Conselho Regional incluam um espaço para dar visibilidade ao Conselho das Comunidades, sugerindo a realização de encontros abertos com líderes associativos locais. Também foi enfatizada a necessidade de notificar as comunidades sobre as reuniões, garantindo que todos estejam cientes e possam participar.

Manuel Viegas relatou a sua experiência como conselheiro na Flórida, mencionando a falta de comunicação com a cônsul honorária, que não o contata há quatro anos, tendo destacado que não há funcionários no consulado, o que dificulta a interação com a comunidade. Anunciou também que está agendada uma reunião para o dia 22 de março na Flórida, a qual está bem organizada, tendo planeado convidar toda a comunidade do estado e outras áreas interessadas, incluindo comerciantes e representantes de clubes locais, que disponibilizaram instalações para o evento. A reunião será transmitida via Zoom e Facebook Live, permitindo que residentes de Miami e Palm Coast participem e acompanhem os trabalhos.



Conselho Permanente - Conselho das Comunidades Portuguesas

Rui Marcelo manifestou a sua concordância com a proposta do presidente Flávio sobre a criação de um relatório único para as secções locais e destacou que o funcionamento do Conselho Consultivo em Macau já está bem estruturado há um ano, permitindo uma partilha eficaz de informações entre os conselheiros e a secção consular. Informou ainda que, na próxima reunião presencial do Conselho Regional da Ásia e Oceânia, irão ser incluídos temas relevantes para debate, relacionados com a educação e o associativismo, que são essenciais para abordar o afastamento da juventude das atividades comunitárias, tendo elogiado o trabalho do Conselho da Juventude e sublinhado que essas questões são abrangentes e afetam todas as secções consulares e locais.

António Cunha expressou a sua preocupação em relação à falta de respostas sobre o Conselho Consultivo, na sua área consular, confirmando que esta situação é, de facto, real. Ele informou que, em Londres, estão a trabalhar para resolver esta questão e que já teve uma conversa com o Cônsul-Geral na semana anterior. Adicionalmente, mencionou que a próxima reunião do Consulado de Manchester está agendada para breve, tendo assegurado que está a acompanhar o processo de constituição do Conselho Consultivo, tendo-se comprometido a fornecer informações adicionais assim que possível.

António Iria mencionou que o conselho consultivo na Suíça ainda não se reuniu e ressaltou a importância de seguir a legislação que estipula a convocação do conselho após seis meses, tendo também referido que algumas respostas de embaixadas estão pendentes, mas que o processo de elaboração dos relatórios está em andamento.

Outros membros concordaram com a proposta de relatórios conjuntos e destacaram que a comunicação entre os conselheiros e as secções consulares já está bem estruturada. A discussão também incluiu a necessidade de publicitar as reuniões em locais públicos e utilizar plataformas como o Facebook Live para atingir um público maior.

Ficou ainda decidida a elaboração de um cartaz anunciando as reuniões dos Conselhos Regionais, a divulgar nas redes sociais, com indicação da data e do local.

Foi finalmente aprovado que os Conselhos Regionais deverão reservar tempo para discutir questões tributárias e que a recomendação sobre a apresentação de relatórios conjuntos e a divulgação das reuniões seja formalmente enviada. Todos os membros concordaram com as propostas apresentadas.

2.5 Reunião com o Conselho da Diáspora e outros

Relativamente a este ponto, apresentaram-se sugestões de temas a abordar nesta reunião e foram definidos os representantes do CP/CCP que irão participar.



Conselho Permanente - Conselho das Comunidades Portuguesas

O Presidente, Flávio Martins, informou ter conversado com o Sr. Sancho Gomes, presidente do Conselho das Comunidades Madeirenses, tendo sido estabelecido um plano para que, durante a próxima reunião do Conselho Permanente em Lisboa, ocorra um debate envolvendo o Conselho da Diáspora Açoriana (CDA), o Conselho da Diáspora Portuguesa (CDP), da Presidência da República, e o Conselho das Comunidades Madeirenses / Direção Regional das Comunidades e Cooperação Externa (DRCCE). A importância desse diálogo foi enfatizada, especialmente em relação às eleições para o governo regional da Madeira, previstas para 23 de março.

Sancho Gomes informou que, devido à instabilidade política recente na Madeira, os trabalhos do Conselho das Comunidades Madeirenses estavam paralisados. A expectativa é de que, dependendo dos resultados eleitorais, o atual governo ou um novo governo possa reconduzir a liderança do conselho.

Foi sugerido que, antes da reunião presencial em julho, sejam realizados encontros online com José Andrade e Sancho Gomes, para preparar a agenda e os temas a serem discutidos. Também foi mencionado um almoço recente com representantes de diversas organizações, com o intuito de promover colaborações em ações conjuntas.

A proposta de uma reunião com o Conselho da Diáspora Portuguesa foi referida, assim como a importância de convidar representantes dos conselhos para as próximas reuniões, a fim de facilitar um melhor entendimento e colaboração entre os grupos.

Durante a discussão, Fernando Topa destacou o papel das comunidades madeirenses, especialmente em locais como a Venezuela, e a necessidade de um reconhecimento mútuo entre os conselhos.

Rui Barata destacou também que a colaboração entre os conselhos será fundamental para abordar questões significativas para as comunidades portuguesas, como o voto eletrónico e outros assuntos discutidos na Assembleia da República. A necessidade de sintonizar opiniões e trabalhar em conjunto foi sublinhada, ressaltando que o apoio do Conselho da Diáspora Açoriana (CDA) e do Conselho das Comunidades Madeirenses poderia ser uma mais-valia na defesa dessas questões.

Daniel Loureiro destacou o relevante papel do Conselho da Diáspora Açoriana na América do Norte, especialmente nas comunidades de origem Açoriana, tendo mencionado que a comunicação com este conselho é frequente e que, de acordo com o regulamento interno, os membros do Conselho da Diáspora Açoriana são convidados para participar nas reuniões regionais. Embora a presença física dos conselheiros possa ser limitada por questões orçamentais, o convite é sempre estendido. Daniel Loureiro partilhou ainda que, no caso de Montreal, as interações com o Conselheiro da Diáspora Açoriana ocorrem regularmente, incluindo reuniões mensais e a partilha de eventos sociais. Essa interação tem sido positiva, permitindo um fortalecimento das relações entre os conselhos.



Conselho Permanente - Conselho das Comunidades Portuguesas

Além disso, foi assinalado que, mesmo que a participação física na reunião do Conselho Regional não seja garantida, a possibilidade de acompanhamento via Facebook Live está disponível para garantir a inclusão dos conselheiros. A importância de manter esses laços e de fomentar a colaboração entre os conselhos foi reafirmada.

Neste contexto, e para finalizar o debate neste ponto, Flávio Martins apresentou duas propostas:

1. Convite aos Representantes dos Conselhos: Foi sugerido que na próxima reunião presencial do CP se convide um representante de cada um dos três conselhos mencionados para participar das discussões. Esta proposta foi bem recebida por todos os presentes;
2. Participação das Comunidades nas Eleições: Proposta direcionada ao Rui Barata, propondo que a sua comissão inicie uma reflexão sobre a possibilidade de eleger um deputado pelas comunidades fora da Madeira e Açores. Foi mencionado que o Parlamento Regional da Madeira já está a considerar esta proposta. A ideia é que se verifique a posição de ambas as regiões sobre este assunto, de modo a replicar a participação das comunidades em nível regional, semelhante ao que ocorre a nível nacional.

Flávio Martins lembrou que esta questão já havia sido abordada em mandatos anteriores, com a intenção de garantir que as comunidades madeirenses e açorianas pudessem participar nas eleições regionais, além das legislativas e presidenciais. A proposta implica uma possível alteração legislativa, pois atualmente as comunidades não têm direito a voto nas eleições regionais.

Foi também salientado o desejo de incluir também a votação nas autárquicas, permitindo que os cidadãos votem na localidade onde possuem propriedades. No entanto, reconheceu-se a dificuldade dessa proposta, dada a necessidade de aprovação na Assembleia da República.

Por fim, ficou o desafio para que a comissão considere estas questões e as registre em ata, para futura discussão e possíveis recomendações.

2.6 Proposta de alteração do logotipo do CCP feita pelo CR Europa

No ponto 2.6 foi debatido uma proposta do Conselho Regional da Europa sobre a alteração do logótipo do Conselho das Comunidades Portuguesas. O tema já tinha sido abordado anteriormente, mas não era considerado prioritário devido a outras questões mais urgentes.



Conselho Permanente - Conselho das Comunidades Portuguesas

O Presidente Flávio Martins sugeriu inicialmente que, antes de qualquer decisão, o assunto fosse enviado ao gabinete da Secretaria de Estado das Comunidades para avaliação. A ideia de realizar um concurso público para a nova concepção do logótipo também foi levantada, com a intenção de envolver profissionais especializados, garantindo assim diversidade e criatividade.

Fernando Topa mencionou que a questão da alteração do logótipo poderia ser uma oportunidade interessante para desenvolver em colaboração com o Conselho da Juventude, tendo destacado que, entre os jovens da comunidade, existem muitos profissionais novos que poderiam contribuir com ideias inovadoras. A proposta de realizar um concurso para a criação do novo logótipo foi mencionada como uma forma de envolver e incentivar a criatividade da juventude, considerando que isso poderia resultar em soluções verdadeiramente relevantes e inspiradoras. A ideia foi deixada em aberto para futura discussão e consideração.

Rui Marcelo referiu que após consultar o documento apresentado pelo CRE, interpretou que a proposta em discussão visava a adoção do logótipo já existente da Comissão Nacional de Eleições como substituto do logótipo atual do Conselho das Comunidades, tendo assinalado que, embora a proposta não seja uma prioridade imediata para o Conselho, a mudança poderia promover uma maior coerência visual entre as instituições. Embora sendo sensível e favorável à criatividade, alertou para a necessidade de considerar as implicações práticas da alteração, uma vez que a identidade visual de uma instituição não deve ser subestimada.

António Cunha manifestou a sua preocupação sobre a proposta de realizar um concurso para a criação de um novo logótipo, tendo mencionado a possibilidade de envolver uma contribuição a nível particular, mas destacou que não o queria fazer a título gratuito, pelo que considerava importante que fosse clarificado como o concurso funcionaria e quais seriam os critérios de participação.

Vasco de Abreu questionou a lógica de realizar um concurso sem um prémio monetário, argumentando que a falta de incentivo financeiro poderia desmotivar potenciais candidatos.

A discussão ficou aberta para que outros participantes se pronunciassem sobre o assunto, tendo havido divergência de opiniões entre os membros do CP. Alguns defenderam que o logótipo atual não deveria ser alterado, enquanto outros acreditavam que uma mudança poderia trazer mais coerência visual com outras instituições. Foi então posto à votação a possibilidade de encaminhamento da proposta através de consulta aos conselhos regionais antes de ser submetida ao gabinete diretamente para o gabinete do SECP.



Conselho Permanente - Conselho das Comunidades Portuguesas

A votação sobre o encaminhamento resultou num empate, levando à decisão de seguir pela segunda opção, que envolve a consulta a todos os conselhos regionais, porquanto se afigura como uma forma prudente de garantir a transparência e a inclusão de todos na discussão sobre a identidade visual do Conselho.

2.7 Assuntos Gerais

A reunião avançou para o ponto 7, onde foram discutidos assuntos gerais. Foram tratados diversos temas de interesse do Conselho, nomeadamente questões administrativas e estratégicas relacionadas com o funcionamento do CCP.

Rui Barata sugeriu que as reuniões dos Conselhos Regionais em março poderiam ser aproveitadas para obter uma resposta sobre a proposta do logotipo, permitindo um avanço rápido na questão, tendo também informado que a Comissão Temática para as Questões Consulares e da Participação Cívica está a preparar a agenda de trabalhos para maio, incluindo a colaboração com grupos parlamentares, DGACCP, e o Instituto Diplomático, visando desenvolver um projeto de formação para os conselheiros.

Sandra Mano Ferreira destacou a sinergia entre a Comissão da Juventude e as suas atividades, propondo uma troca de ideias sobre o associativismo.

Manuel Viegas levantou uma questão relacionada com um colega Conselheiro Frank Ferreira, de Washington, D.C., que estava a causar desconforto, sugerindo que o assunto fosse discutido na reunião presencial do CRAN. Daniel Loureiro apoiou a necessidade de abordar a situação do colega, enfatizando a importância de manter a integridade do Conselho. O Presidente fez uma declaração sobre a liberdade de expressão dos conselheiros, ressaltando que cada um deve se manifestar como indivíduo e não em nome do Conselho, para evitar mal-entendidos. Ainda relativamente a este ponto foi aprovada a instrução normativa do CP/CCP nº 1/2025, que relembra “a legislação aplicável (Lei 66-A) que qualquer Conselheiro/a tem o direito de se manifestar individualmente acerca de qualquer tema, salientando, no entanto, a importância da responsabilidade de cada membro em expressar publicamente as suas opiniões individuais, para que não adotem posições indevidas em nome do CCP, ou contra as deliberações da maioria dos membros de nossas estruturas.”

Fernando Topa e outros membros agradeceram o trabalho das Comissões Temáticas e elogiaram a elaboração das atas do CP.

Beatriz anunciou que enviaria correções ao Regulamento Interno e Código de Conduta da Comissão da Juventude.

António Iria manifestou o seu apoio às iniciativas em curso e à importância da união na luta por melhorias para as comunidades.



Conselho Permanente - Conselho das Comunidades Portuguesas

Discutiu-se ainda a “Nota do Conselho das Comunidades Portuguesas” sobre o acesso dos portugueses residentes no estrangeiro ao Serviço Nacional de Saúde (SNS), manifestando preocupação com as restrições impostas pelo Despacho n.º 40/2025. O CP do CCP entende que o Governo faltou ao seu compromisso de consultar previamente este órgão (como exigido pela Lei n.º 66-A/2007) e que a medida introduz uma desigualdade injusta entre cidadãos portugueses residentes e não residentes em território nacional.

O documento apresenta uma proposta de alteração ao despacho, sugerindo que os cidadãos portugueses no estrangeiro mantenham o direito ao SNS, prescindindo de registos prévios ou formalidades burocráticas excessivas. Adicionalmente, o CP do CCP propõe a eliminação da obrigatoriedade de registo prévio e a possibilidade de inscrição no SNS através dos postos consulares.

O Conselho Permanente questiona ainda a Sra. Ministra da Saúde quanto à fundamentação da medida e reivindica a consulta prévia e obrigatória do CCP em decisões que afetem as comunidades portuguesas. Esta posição reforça o princípio de participação democrática e a importância de assegurar equidade no acesso à saúde para todos os cidadãos portugueses.

Não houve pronunciamento da Comissão Temática sobre o parecer relativo ao acesso dos portugueses ao SNS.

Por fim, o Presidente perguntou se todos concordavam com o envio de uma nota ao governo sobre a não consulta ao CCP em determinadas matérias, recebendo aprovação unânime. A reunião foi encerrada com agradecimentos a todos os participantes e um convite para que continuem a trabalhar juntos em prol das comunidades.

3. Próxima Reunião

Ficou acordado que a próxima reunião do Conselho Permanente do Conselho das Comunidades Portuguesas seria realizada no dia 15 de março de 2025 às 14:00 de Lisboa.

4. Encerramento

Não havendo mais nada a tratar, a reunião foi encerrada pelas 16:20 (hora de Lisboa) do dia 15 de fevereiro de 2025, pelo presidente do Conselho Permanente do CCP, Dr. Flávio Alves Martins, que agradeceu a colaboração de todos os membros do Conselho Permanente.

Esta ata foi lavrada pelos Secretários Vasco de Abreu e Rui Marcelo e será assinada pelo Presidente e pelos Secretários, de acordo com o regulamento do CP/CCP.



Conselho Permanente - Conselho das Comunidades Portuguesas

Flávio Alves Martins (Presidente)

Rui Marcelo (Secretário)

Vasco de Abreu (Secretário)

Lisboa, aos 15 de fevereiro de 2025.